

IN MEMORIAM

GEORGES DUBY

António Borges Coelho

"Naquele tempo, os mortos estão vivos, ninguém duvida. Não se sabe bem onde, mas vivem... Estão, como costuma dizer-se, a penar, o que os torna irascíveis, vingativos, maus. Os mortos metem medo..." (*As Damas do Século XII*). Evoco estas palavras de Georges Duby, no momento em que a morte o levou para sempre. Ele vive e viverá longo tempo entre nós mas não mete medo. Pelo contrário, as suas palavras continuarão a iluminar, na longa viagem do tempo, os guerreiros, os padres e os camponeses medievais. Surpreende a intimidade da casa e do bosque, no tempo em que o desejo do cavaleiro caía como ave de rapina sobre o corpo da jovem de longos cabelos soltos.

Incomodado por os historiadores dedicarem tão pequeno espaço à meta-de da humanidade constituída pelas mulheres, Georges Duby dedicou-lhes uma trilogia e reservou-lhes um largo espaço na *História da Vida Privada* que co-dirigiu com Philippe Ariès. Afinal a mulher não era somente "o naco mais saboroso do saque". O poder, o misterioso, inquietante, incontestável poder das mulheres nascia da vida que saía das suas entranhas, como da terra fértil, vida que, quando extinta, à mulheres regressava como à terra acolhedora. As duas funções, maternal e funerária, destinavam a dama à direcção das "exéquias" ou serviços que os antepassados exigiam dos vivos.

Agora, que também ele foi engrossar o mundo crescente dos mortos, a homenagem porventura que mais estimaria não será tanto a de escrever o seu nome no memorial dos grandes historiadores deste século que necessariamente integra, pesando e discutindo a importância do lugar, mas conviver com o universo de sentidos com que, pela sua escrita, recriou a Idade Média europeia.

A história, como diria o quinhentista João de Barros, é memória entregue à custódia das letras. Das letras, da escrita. Por isso, Georges Duby

tempera as palavras. E se não substimou os pequenos factos, não regateou inteligência e imaginação para suprir os esquecimentos e os longos silêncios do passado medieval. Referindo-se ao desprezo com que os historiadores positivistas desdenharam alguns testemunhos daquele tempo, escreveu: "Também eu sou positivista. A meu modo. Para mim, o positivo não está na realidade dos "pequenos factos verdadeiros", pois sei bem que jamais a apreenderei. O positivo é este objecto que conserva um eco, um reflexo, palavras, gestos irremediavelmente perdidos."

A Europa, a do Império Carolíngio (a Península Ibérica, cristã e moura, mal aflora), que Georges Duby recria, por exemplo em *Guerreiros e Camponeses (séculos VII-XII)*, essa Europa ainda tão próxima de nós está materialmente bem longe. "O nível de civilização material permaneceu tão baixo, que a questão principal da vida económica se processa na luta que o homem tem de travar com a natureza para garantir a sua sobrevivência". Durante todo este período, a floresta parece ter dominado a paisagem natural. O poder da Natureza excedia o poder do homem. Para medir o poder da Natureza, Georges Duby procurou, no terreno, vestígios que desvendassem o clima e a paisagem antiga, mantidos ainda nos nomes das terras e dos campos, no sistema de vias, nos limites das propriedades, na vegetação, nos segredos escondidos pelos glaciares.

O Tempo das Catedrais é o tempo do despertar do mundo medieval. Os senhores transferem a sua morada para a cidade e a ela convergem os produtos dos seus domínios. As principais mercadorias são o pão, o vinho e a lã. E se a arte das catedrais é uma arte urbana, ela alimenta-se dos campos próximos. Tempo de arroteadores, de semeadores, de plantadores de vinhas, de canteiros e construtores. Os bois da lavra são esculpidos na pedra. Nos capitéis florescem as folhas das searas. E nas fachadas das catedrais de Amiens e de Paris, o ciclo das estações é representado pelos trabalhos dos camponeses.

Georges Duby tinha consciência de que, no estado actual das ciências do homem, a parte do imaginário na evolução das sociedades humanas está ainda muito obscura. Mas entende que a história das sociedades tem de fundar-se na análise das estruturas materiais, na reconstituição da distribuição dos poderes, na percepção dos diferentes movimentos que determinaram a evolução do povoamento, na definição do nível das técnicas de produção e de comunicação, no compreender o modo como se repartiam as tarefas e a riqueza.

A obra de Georges Duby é muito vasta. Estas poucas palavras apenas pretendem homenagear o historiador e despertar o leitor menos atento para a estimulante leitura dos seus livros.

Há poucos anos estive em Lisboa. Estou a vê-lo na visita que efectuou ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo: alto, espadaúdo, pés compridos, verbo claro, um príncipe como os que retratou nas suas longas deambulações pela Idade Média.

Toda a vida questionou os métodos e as ferramentas do seu ofício. E com humildade falava dos seus limites. "Fomos progressivamente descobrin-

do que a objectividade do conhecimento histórico é um mito, que toda a história é escrita por um homem e que quando esse homem é um bom historiador põe na sua escrita muito de si próprio, – declarava numa entrevista –. O historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas. Não me faça dizer que eu repudio o método histórico criado e aperfeiçoado com tanto rigor pelos nossos predecessores do século XIX e do princípio do século XX. Pelo contrário".

Inventamos métodos cada vez mais sensíveis para alcançar a inalcançável e necessária objectividade. Noutros tempos escrevia-se que o fim da história é a verdade. Certamente que é. Só que a objectividade não se deixa copular. Quando parece render-se, exposta na sua nudez, de novo foge e se interna no bosque onde necessariamente corremos como o manhoso, cavaleiro e namorado Leonardo em perseguição da ninfa Efire "que mais caro do que as outras dar queria/ o que deu para dar-se a Natureza".

LEMBRANDO ALBERT SILBERT

José Tengarrinha

A repercussão entre nós do falecimento de Albert Silbert, no final de Dezembro último, esteve longe de corresponder à real influência que exerceu e continuará a exercer na historiografia portuguesa.

Da parte da nossa comunidade de historiadores não surpreende, sendo conhecida a sua estranha atitude, em geral, sobre as obras alheias. Aliás, um estrangeiro que dedicou a maior parte da sua vida ao estudo da história contemporânea portuguesa e que nesse domínio deixou trabalhos que são pontos de referência fundamentais, só não foi totalmente esquecido pelas nossas instituições porque a Universidade de Coimbra, há não muito tempo (1991), decidira atribuir-lhe o doutoramento "honoris causa". O que surpreende tanto mais quanto é certo que Albert Silbert nunca deixou de estar interessado em temáticas portuguesas e de corresponder às solicitações para participar em reuniões científicas no nosso país. Queixava-se, até, de que não eram tão frequentes como desejava.

O seu interesse pela história portuguesa muito nos deveria agradar, sabendo-se quanto, até anos recentes, a atenção sobre o espaço ibérico sempre fora dominada pela Espanha. Algumas contingências, produto dos conturbados tempos em que viveu, propiciaram a sua ligação a Portugal. Conta-se em duas palavras. Antes da guerra, ao frequentar o curso preparatório da agregação orientado por Fernand Braudel, já fora introduzido na história ibérica. Detido quando da invasão da França, foi num campo alemão que aprendeu a nossa língua, com um seu companheiro de prisão, filho de emigrantes portugueses. Assim, após a Libertação, estava em condições de preparar uma tese de doutoramento sobre Portugal, em resposta à sugestão de Braudel, que sempre tinha a preocupação de distribuir os seus colaboradores e mais destacados discípulos por várias partes do mundo.

Além desse mestre, muito ficou a sua formação a dever a Marc Bloch, que teve ocasião de escutar em 1939 na Sorbonne, e a Georges Lefebvre, que, como ele próprio disse, lhe abriu o gosto por uma história agrária orientada para o estudo associado das velhas estruturas e das crises que lhes puseram fim. Após uma interrupção de seis anos com a guerra, é com Ernest Labrousse que, numa visão simultaneamente estrutural e conjuntural, adquire a perspectiva de uma história económica em que os homens não são esquecidos.

Aplicando à Península tais princípios, orienta-se para o estudo do espaço mediterrânico português (Alentejo e parte da Beira Baixa) na perspectiva das suas estrutura agrária e sociedade, no final do Antigo Regime. Era, verdadeiramente, um campo novo. Daí, duas das grandes dificuldades que desde o início enfrentou: a falta de interlocutores na história portuguesa, que parcialmente tenta colmatar no diálogo com um geógrafo, Orlando Ribeiro, e com um agrónomo, Mariano Feio, grande conhecedor dos problemas do Alentejo; e a busca documental, desbravando caminhos inteiramente novos, para o que tinha de debater-se com o estado de quase total falta de organização dos nossos arquivos, falhos de elementos de busca e roteiros. E foi assim que, ao cabo de uma muito longa e penosa pesquisa - vista pelas autoridades portuguesas com indiferença, se não mesmo com alguma suspeita - termina a monumental obra entregue na Sorbonne em Abril de 1963 e publicada pela primeira vez em 1966, em Paris, com o título *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIII-début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Era, no dizer de Orlando Ribeiro, "trabalho fundamental para o conhecimento da evolução humana num terço da terra portuguesa" (*A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo*, Lisboa, 1970, p. 7). E estava assim lançada a primeira pedra para o conhecimento das estruturas agrárias e da sua evolução numa vasta região com unidade geográfica e económica e num momento crucial da história portuguesa. Traçado o grande quadro, simultaneamente com largueza, minúcia e rigor, na boa linha da fecunda historiografia regional francesa, criavam-se condições e estímulos para a realização de outras investigações sobre a região, com carácter monográfico ou não, o que nos últimos anos tem vindo a acontecer.

Da maior importância para o estudo da relação entre os campos portugueses e a Revolução Liberal foi o trabalho sobre o movimento peticionário às Cortes de 1821-1822, intitulado *Le problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales* (Paris, P.U.F., 1968). E ainda o conjunto dos estudos, que lançaram novas interpretações sobre a nossa história liberal, reunidos sob o título *Do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista* (Lisboa, Livros Horizonte, 1972). Espera-se que venham a ser coligidos os estudos dispersos, em especial as comunicações, conferências, artigos, depoimentos que durante vários anos fez sair em Portugal.

Havia muito não era para mim um desconhecido, dada a ligação a um amigo comum, Albert Soboul. Este, quando foi leccionar na Sorbonne,

deixou a Albert Silbert o seu lugar na Universidade de Clermont-Ferrand, que ocuparia até se reformar. Ao longo das deambulações pelos arquivos portugueses, em especial na Torre do Tombo, houve ocasião de nos encontrarmos com frequência. Para mim foram sempre de grande proveito as conversas que tivemos sobre os domínios, com alguns pontos comuns, que investigávamos: ele, sobre as estruturas agrárias no Portugal Mediterrâneo no final do Antigo Regime, eu, sobre os movimentos camponeses em período idêntico. Aliás, como declaro na Introdução de *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1751-1825)*, muito lhe devo pelo forte encorajamento que me deu quando, em 1981, ele presidia à sessão do colóquio em que apresentei os primeiros resultados da investigação. E, como eu, todos aqueles para quem a sua obra constitui um apoio insubstituível.

Saibamos, pelo menos agora, prestar-lhe a atenção devida, reeditando as suas obras esgotadas e publicando a recolha dos seus dispersos. Seria a homenagem mínima que lhe poderíamos prestar.